

Coligação: União e Trabalho pelo Amapá

**DEMOCRATAS; REDE SUSTENTABILIDADE; PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA; PARTIDO PÁTRIA LIVRE; PARTIDO
PROGRESSISTA; AVANTE; PARTIDO SOCIAL CRISTÃO; PARTIDO SOCIAL
DEMOCRÁTICO; PODEMOS; SOLIDARIEDADE e PATRIOTAS**

PROGRAMA DE GOVERNO

Governador Davi Alcolumbre

Vice Silvana Vedovelli

Programa para o Governo do Estado do Amapá 2019 - 2022

Macapá/AP - Agosto/2018

SUMÁRIO

UMA NOVA ALTERNATIVA.....	3
RETOMAR O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO.....	5
NOSSAS DIRETRIZES.....	8
Foco no Desenvolvimento Econômico	8
Ética	8
Governo Moderno, Eficiente e Digital	8
Parceria com Municípios	8
Conciliação, Confiança Mútua e União.....	8
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	9
1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	9
2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO.....	13
3. DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA	18
4. DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	19
5. DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL	22
6. GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA E TRANSPARENTE	23
7. INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	24

UMA NOVA ALTERNATIVA

Nestas eleições se completam 24 anos de alternância no governo do Estado de dois grupos políticos, cada um com doze anos de mandato de governador. Este “troca-troca” no poder entre dois sobrenomes não tem conseguido desenvolver o Amapá, que vai ficando cada vez mais para trás em relação às outras unidades da federação, agravando a situação econômica, o desemprego, as condições precárias de saúde e de educação e a alarmante escalada da violência no Estado do Amapá.

O último quarto de século dominado por estas duas “oligarquias”, entretanto, sofreu fissuras no seu poder. Inicialmente com a eleição de Randolfe Rodrigues para o Senado Federal em 2010, cujo mandato tem se destacado na luta pelo desenvolvimento do Amapá e nos grandes temas nacionais. Em 2012, a eleição de Clécio Luís à Prefeitura de Macapá, representou outra derrota aos grupos dominantes e sua gestão à frente da capital tem demonstrado como enfrentar os desafios do Município com ética e competência, fato reconhecido pelos munícipes com a sua reeleição com larga vantagem em 2016. Finalmente, a nossa eleição ao Senado em 2014, demonstrou que é possível construir uma nova alternativa para o Desenvolvimento do Amapá, além daqueles dois grupos que se retroalimentam de suas próprias incompetências.

Nossa aliança de partidos que defendem diversas matizes ideológicas e diferentes concepções políticas revela que esta união é pautada pela Bandeira do Amapá: acima de partidos, de ideologias e de preconceitos. Somos pessoas, lideranças e atores políticos unidos em prol do desenvolvimento do Estado.

Nos comprometemos a empenhar toda a nossa dedicação e disposição de trabalho, característica marcante de minha formação e caráter, em favor de resolver os problemas do Amapá. Toda a nossa experiência nos mandatos acumulados, nossa habilidade em abrir portas e conseguir recursos, nossa capacidade de articulação estará dedicada ao Estado.

Nos propomos ao desafio de montar um governo competente, convocando os melhores quadros do Estado, sem “cartas marcadas” ou indicações meramente políticas. Combateremos de forma implacável a corrupção, um dos maiores males do nosso Estado, com consciência de que o recurso que não é desviado é aquele que chega na forma de serviços e políticas públicas para a população.

Nossa prioridade será retomar o caminho do desenvolvimento econômico do Estado, por um lado atraindo investimentos privados, por outro conseguindo recursos para infraestrutura, para novas obras públicas e para retomar as inúmeras obras paradas no Estado, como por exemplo a pavimentação da BR-156, rodovia Norte-Sul, residenciais do Aturiá e Congós, Praça do Oiapoque, Ponte sobre o Rio Jari, Hospital da Criança e Adolescente (Hospital de Pediatria), Píer do Santa Inês, Hospital Metropolitano da Zona Norte de Macapá, Muro de Arrimo do Aturiá, dentre outras. Comprometeremos a força do Estado a favor do setor primário (agricultura de escala e familiar), da indústria, dos serviços e do comércio.

Queremos avançar na descentralização e desconcentração, municipalizando o desenvolvimento do Estado do Amapá e garantindo apoio efetivo a todos os municípios.

Além do desenvolvimento econômico, nosso governo não poupará esforços e dedicação para melhorar os serviços públicos particularmente as condições de atendimento à saúde, à educação e aprimoramento da segurança pública.

Não dizer o que fazer. Temos que demonstrar o como fazer e firmar este compromisso com o eleitor.

Neste documento apresentamos nosso Programa de Governo. Nele estão contidas as diretrizes que nortearão todas as ações no próximo quadriênio. São os nossos princípios: **Ética; Foco no Desenvolvimento Econômico; Gestão Eficiente e Digital; Parceria com Municípios e Conciliação, Confiança e União.**

As ações serão organizadas em sete eixos de desenvolvimento:

1. Desenvolvimento Econômico
2. Desenvolvimento Social e Humano
3. Desenvolvimento da Segurança Pública
4. Desenvolvimento Urbano e Ambiental
5. Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana e Rural
6. Desenvolvimento da Inovação, Ciência e Tecnologia
7. Desenvolvimento da Gestão

Nestas páginas, fruto de um profundo trabalho coletivo, estão os nossos compromissos para os próximos quatro anos. Com este documento, queremos demonstrar nossos projetos para o povo amapaense e, se assim for a sua vontade, será o nosso guia para todas as ações do governo.

Trata-se de um programa aberto à contribuição e sugestão de todos. Participe! Vamos construir uma nova alternativa para o Amapá!

Davi Alcolumbre
Candidato a Governador do Estado do Amapá

RETOMAR O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

O Estado do Amapá é uma das economias menos desenvolvidas do Brasil. Nosso Produto Interno Bruto (a soma de todas as riquezas produzidas) é de aproximadamente R\$ 14 bilhões, sendo o 26º no país, o que corresponde a 0,2% da economia nacional, à frente apenas do Estado de Roraima.

Mesmo sendo pequeno, poderia estar evoluindo. O problema é que o Amapá tem apresentado piora em praticamente todos os indicadores socioeconômicos recentes. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativa ao primeiro trimestre de 2018, no Amapá se registrou a pior taxa de desocupação (desemprego) do país, com 21,5% de desocupados, bem acima da média nacional que foi de 13,4%. Isto significa aproximadamente 80 mil pessoas, em idade e condições de trabalhar, sem emprego e sem meios para sustentar a si e a suas famílias no nosso Estado. Estes números ainda podem piorar, pois nos últimos quatro anos (2014 - 2017) foram fechadas 10.200 vagas de empregos formais no Estado do Amapá, conforme dados do Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED-MTE).

O desemprego atinge de forma mais pesada os jovens. A PNAD revelou que o percentual da juventude no Amapá que nem estuda e nem trabalha (os “nem-nem”), aumentou no ano de 2017 em relação a 2016, atingido o montante de 63 mil jovens ociosos, também um dos piores números do Brasil.

Com isso, são alarmantes os índices de miséria e pobreza. Expressivos 12% da população sobrevive com renda inferior a R\$ 70,00, considerada de extrema pobreza (Censo IBGE, 2010).

Uma catástrofe que impacta em todos os setores da vida, inclusive no aumento da violência. A ONG Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal, do México, que mede o ranking internacional das 50 cidades mais violentas do mundo, revelou que Macapá aparece na 48ª posição, com uma taxa de 30,25 homicídios por 100 mil habitantes. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Amapá aparece como o segundo Estado com mais mortes entre jovens até 18 anos de idade, sendo que mais da metade destes homicídios não foi desvendado. Segundo o Atlas da Violência (2018), o Amapá está em 5º lugar entre as maiores taxas do país, com 48,7 homicídios por 100 mil habitantes.

Igualmente na infraestrutura com apenas 3% dos municípios do Amapá atendida por rede de coleta de esgotos, com 16% da população residindo em áreas de ressaca, uma realidade de abandono do saneamento básico que transforma o Amapá no retrato do descaso.

Os indicadores das condições de vida social, infelizmente, também ocupam os últimos lugares do Brasil, como tristes exemplos a mortalidade infantil de 23,2 mortes por cada mil nascidos vivos – a pior do país (a média nacional é de 13,3), ou o índice de 4% de crianças

entre 7 e 14 anos fora da escola, o 22º lugar dentre as 27 unidades da federação brasileira (dados do DATASUS e IBGE).

Mas é possível mudar! O governo Davi vai enfrentar estes desafios e retomar o caminho do desenvolvimento. A seguir algumas das prioridades e a direção a ser trilhada para retomar o desenvolvimento do Amapá.

A Zona Franca Verde aliada à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana é um dos principais atrativos para o desenvolvimento do Amapá. Sua matriz de indução ao desenvolvimento, pressupõe que deve haver predominância em seu processo produtivo de matérias-primas de origem regional. Ou seja, favorece Macapá, Santana e todos os demais municípios do Estado, que poderão fornecer matérias-primas para as indústrias. Mas, para estimular empresas locais e de outros lugares, é fundamental que o governo divulgue essas vantagens de forma eficiente, além de aprimorar a criação de instrumentos jurídicos, de pesquisa, fundiários, institucionais e logísticos para implantação e efetivo funcionamento da Zona Franca Verde.

Outro setor que merece mais atenção do governo é o setor primário. Tanto a agricultura extensiva (que já é o terceiro item da nossa pauta de exportação), quanto o extrativismo e a agricultura familiar. No entanto, a impossibilidade de regularização fundiária é um dos principais entraves ao desenvolvimento do Amapá. Apesar de regularmente transferidas as áreas da União para o Estado, os sucessivos governos não têm sido competentes em garantir o título de terras ao produtor, inviabilizando sua atividade. Será prioridade a regularização fundiária para garantir segurança jurídica aos produtores rurais, que poderão ter acesso ao sistema de créditos e às políticas públicas de financiamento do desenvolvimento com tranquilidade.

A localização privilegiada do Amapá tem despertado interesse para seu aproveitamento, principalmente com relação à infraestrutura portuária. A modernização e aprimoramento do Porto de Santana, bem como o apoio à implantação de novos empreendimentos portuários farão parte das prioridades de desenvolvimento no futuro governo.

Com relação à energia elétrica, o Amapá encontra-se plenamente conectado ao Sistema Nacional de Energia Elétrica, com geração de energia potencial para atrair novos investimentos econômicos (mineração, agronegócio, indústrias). Contudo, os problemas de transmissão e distribuição ainda são recorrentes. O extremo norte do Amapá não dispõe de infraestrutura de transmissão, prejudicando negócios e a comunidade local. Serão ações prioritárias do governo atuar de forma decisiva para interligar todo o Estado por um sistema completo de transmissão e solucionar a questão da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) de forma satisfatória para consumidores, servidores e para o Estado como um todo.

A modernização da máquina de governo, com mais eficiência, serviços digitais, agilidade e qualidade da gestão, será um dos temas de maior investimento. Num Estado em que a administração pública responde por 44% do Produto Interno Bruto, um governo eficaz

é variável extremamente relevante ao desenvolvimento regional. O novo governo vai transformar este potencial em realidade com investimentos estratégicos na qualificação de recursos humanos, implantando modernos instrumentos de gestão administrativa.

As parcerias com os governos municipais será uma prioridade absoluta do futuro governo, por acreditar que os governos precisam andar juntos para promover o desenvolvimento local, para propiciar melhoria contínua nos ambientes urbanos e rurais e na vida das pessoas. A identidade partidária não será levada em conta no estabelecimento destas parcerias, mas as necessidades das pessoas e de cada município.

Finalmente, não há desenvolvimento social e econômico sem ligações fortes e duradouras entre os setores de pesquisa, tecnologia e a iniciativa privada. O futuro governo vai reforçar o papel do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) na realização de pesquisas e desenvolvimento de produtos a partir dos recursos naturais existentes. Haverá fortalecimento da educação superior. Haverá a construção de entendimentos entre estes setores e a iniciativa privada, para aperfeiçoamento da legislação estadual, incentivos e fomento, que facilitem a criação de um ambiente de negócios no Amapá.

NOSSAS DIRETRIZES

As diretrizes são os princípios que perpassam a todas ações, programas e projetos da administração pública. Estarão sempre presentes como norteadores, conferindo unidade e coerência nas políticas públicas a serem implementadas.

Foco no Desenvolvimento Econômico

A principal necessidade do Amapá é retomar o desenvolvimento econômico. Propiciar oportunidades de trabalho e renda para a população, combatendo o desemprego, ampliando as receitas públicas e reduzindo a dependência da nossa economia em relação à Administração Pública. As parcerias com a iniciativa privada fazem parte destas diretrizes, bem como o resgate da capacidade de investimentos públicos.

Ética

Os tempos atuais na política local e nacional têm revelado que a corrupção é um dos principais males a ser enfrentada pela sociedade como um todo. O papel que instituições como o Ministério Público, a Justiça, a Polícia e os órgãos de controle vêm desempenhando são fundamentais. Mas é decisivo que seja um compromisso dos gestores públicos, particularmente do executivo, a zelar pela ética na Administração Pública, separando o que é público do que é privado, combatendo todo o tipo de corrupção no governo e criando instrumentos de gestão que aperfeiçoem a correta aplicação dos recursos públicos.

Governo Moderno, Eficiente e Digital

É princípio deste governo ser eficiente em sua gestão. Para tanto será fundamental modernizar a estrutura arcaica de atendimento da população, valorizar e qualificar os servidores públicos, disponibilizar ferramentas digitais a serviço da gestão pública e do desenvolvimento, assegurar transparência nas ações de governo.

Parceria com Municípios

Esta diretriz estabelece como princípio geral do governo a desconcentração das atividades e da distribuição de recursos públicos para os municípios, garantindo melhores condições de vida aos amapaenses que residem em cada um dos dezesseis municípios do Estado.

Conciliação, Confiança Mútua e União

Já tivemos ocupantes do Palácio do Setentrião que atuaram de forma beligerante com os demais poderes, com as instituições e com a imprensa, empurrando o Estado para grave crise institucional. Por outro lado, já houve momentos em que se pregou uma suposta “harmonia” como um disfarce para um vergonhoso conluio entre instituições. A relação saudável entre o governo e os demais poderes, esferas de governo e instituições deve ser baseada em Conciliação – para convergir ações em direção aos mesmos interesses; em Confiança Mútua, que irá conferir legitimidade e credibilidade e na União, para fortalecer as ações e assegurar os resultados esperados.

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1.1. *Geração de Emprego e Renda*

Retomar as obras paradas: retomar as obras paradas, dando prioridade àquelas que gerem mais empregos, ajudando na recuperação da economia: BR-156/Trecho Norte, Ponte sobre o Rio Jari, Rodovia Norte-Sul, Píer Santa Inês, Muro de Arrimo do Aturiá, residenciais Aturiá e Congós, Praça do Oiapoque, Hospital Metropolitano de Macapá e Hospital da Criança e Adolescente (Hospital de Pediatria).

Incubadora de negócios: apoio do Governo do Estado para instalação de empreendimentos voltados ao desenvolvimento e aceleração de negócios de impacto social e a população jovem.

Pequeno empreendedor: elaboração e desenvolvimento em parceria com o SEBRAE, Federação do Micro Empreendedor Individual (FEMICRO) e Confederação Nacional do Micro e Pequeno Empreendedor (COMICRO) de uma política de apoio e fortalecimento empresarial e de negócios às micro e pequenas empresas e ao microempreendedor individual.

1.2. *Cultura e Turismo*

Apresentar o plano de obras de infraestrutura para qualificação e requalificação dos destinos turísticos do estado: o Amapá possui nítida vocação turística que não é aproveitada e explorada. Garantir o planejamento das obras de infraestrutura e buscar os recursos para implementá-las é o começo desse desafio, sempre em ampla discussão com o setor turístico.

Integração da política de turismo do Estado: integrar as políticas de turismo do Estado com as dos municípios e com as áreas de cultura, lazer, esporte, educação e meio ambiente.

Combinar o calendário de eventos e festas do Amapá com as ações de turismo: cultura e turismo andam juntas, há vários exemplos como o carnaval no Rio de Janeiro, a procissão do Círio de Nazaré em Belém e os festejos de São Tiago em Mazagão/AP. Portanto, em parceria com os 16 municípios do Estado divulgar e estimular a visitação ao Amapá, visando a geração de emprego e renda.

Estimular a economia criativa: incentivar a realização de estudos e pesquisas e a organização de arranjos produtivos locais vinculados à atividade cultural e folclórica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Amapá.

Reformar o Teatro das Bacabeiras: realizar ampla reforma no Teatro das Bacabeiras, em Macapá.

Complexo Turístico do Meio do Mundo e Monumento Marco Zero: retomada das iniciativas públicas para elaborar projeto de urbanização e paisagismo para o complexo turístico do Meio do Mundo; elaboração de novo projeto para o Monumento Marco Zero,

com respeito a concepção original, como forma de fortalecer o atrativo turístico do Meio do Mundo, conhecido internacionalmente.

Festivais gastronômicos e culturais: incentivo e parcerias com a iniciativa privada, a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), a Associação dos Músicos e Compositores do Amapá (AMCAP), para realização de festivais gastronômicos e culturais, a fim de incentivar a criação de novos empregos e negócios, de novas empresas e fortalecer o Amapá como destino turístico regional e nacional.

Valorizar e estimular as manifestações folclóricas e culturais em todo o Amapá: apoiar as manifestações e festas tradicionais em todos os 16 municípios do Estado, com viés na preservação cultural, desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda.

1.3. Zona Franca Verde

Efetividade da Zona Franca Verde: criar uma força-tarefa capaz para captar os investimentos nacionais e internacionais para implantar com eficácia a Zona Franca Verde.

1.4. Regularização Fundiária

Formular e apoiar a regularização de imóveis ocupados pela população de baixa renda em áreas urbanas: apoiar a regularização fundiária de imóveis em áreas ocupadas por população de baixa renda em áreas do Governo do Estado.

Agilizar a regularização fundiária das terras da União para o Estado do Amapá: agilizar a regularização fundiária, visando consolidar a transferência das terras em domínio da União para o Estado do Amapá. Nas áreas pertencentes ao Estado, acelerar a transferências destas áreas aos 16 municípios e na região metropolitana de Macapá, Santana e Mazagão.

Promover a regularização e a reorganização fundiária no campo: objetiva conceder títulos de acesso à terra para a legalização das posses, como por exemplo: títulos de propriedade/domínio (títulos definitivos); títulos de concessão de direito real de uso, garantindo o direito à terra, tendo como prioridade o pequeno agricultor.

1.5. Setor Florestal e Madeira Móveis

Incentivo a exploração sustentável do recursos madeireiros e não madeireiros: agilizar a regularização fundiária como um dos instrumentos de incentivo ao manejo florestal madeireiro empresarial e comunitário; retomada do processo jurídico-administrativo de concessão florestal à iniciativa privada e de pequenas concessões para beneficiar os empreendedores locais; incentivo a exploração sustentável de recursos florestais não madeireiros com agregação de valor aos produtos, como um dos instrumentos de viabilização da Zona Franca Verde.

Programa de fortalecimento da cadeia produtiva moveleira: fortalecimento efetivo do programa Polo Moveleiro do Amapá. Apoio ao fomento, pesquisa e inovação, a fim de gerar desenvolvimento competitivo da cadeia produtiva do setor, visando a consolidação de negócios, geração de emprego, renda e agregação de valor aos produtos. O programa irá

priorizar a cooperação com o SESI, SENAI, SEBRAE, iniciativa privada e instituições de pesquisa, como um dos instrumentos de viabilização da Zona Franca Verde.

Programa de Serviços Ambientais: elaboração de um programa competitivo para inserção do Amapá na prestação de serviços ambientais, tendo em vista que o Amapá concentra ativos ambientais de grande potencial para a agenda da economia verde; desenvolvimento de parcerias com a EMBRAPA, UNIFAP, INPA e iniciativa privada, para desenvolvimento e consolidação desta política.

1.6. Agropecuária Extensiva e Familiar

Política para o agronegócio: a localização privilegiada do Amapá em relação a mercados internacionais consumidores do produto, indica que esta atividade econômica poderá gerar riquezas, empregos e receita ao Estado, pois há tendência de sua expansão. O futuro governo vai privilegiar a regularização fundiária, controle ambiental da atividade e buscar investimentos em infraestrutura portuária e de transportes, como mecanismo fomentador do agronegócio no Amapá.

Programa de incentivo ao aproveitamento econômico da atividade bovina e da bubalinocultura: visando o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas, regularização fundiária, controle ambiental, manejo e melhoramento genético, sanidade animal, combate à aftosa, comercialização de subprodutos e agregação de valor ao produto.

Criar o programa de atendimento ao produtor rural: criar o programa de atendimento ao produtor rural, a fim de otimizar os negócios no campo, com prioridade para o pequeno produtor.

Programa de fortalecimento da cadeia produtiva do açaí e palmito: visa estabelecer instrumentos de incentivo ao manejo, fomento, produção, controle sanitário, comercialização à cadeia produtiva do açaí e palmito e, ainda, de simplificação, segurança técnica e agilidade nos procedimentos de licenciamento ambiental de empreendimentos econômicos, como um dos instrumentos de viabilização da Zona Franca Verde.

Programa de fortalecimento da cadeia produtiva da polpa de frutas: visa estabelecer instrumentos de incentivo ao manejo, fomento, produção, controle sanitário, comercialização à cadeia produtiva de polpa de frutas e, ainda, de simplificação, segurança técnica e agilidade nos procedimentos de licenciamento ambiental de empreendimentos econômicos, como um dos instrumentos de viabilização da Zona Franca Verde.

Programa de fortalecimento da cadeia produtiva da meliponicultura (mel de abelha): em parceria com a UNIFAP, IFAP, SEBRAE, comunidades e organizações da sociedade, elaborar um programa para incentivo e fortalecimento de criação e manejo racional das abelhas sem ferrão, concebendo mecanismos de autorização de manejo, estudos científicos, comercialização e inserção do produto no mercado regional, nacional e internacional.

1.7. Mineração

Programa de desenvolvimento da economia mineral - elaboração de programa de desenvolvimento do setor mineral, com as seguintes premissas: em conjunto com o Governo Federal exercer controle efetivo dos minerais exportados e da repartição e destinação aos entes do recursos da Compensação Financeira pela Exportação de Recursos Minerais (CFEM); combate as atividades minerárias clandestinas; incentivo as atividades minerárias cooperativas; controle ambiental e dos impactos das atividades minerárias; transformação e agregação de valor à matéria-prima mineral, com a criação do polo joalheiro do Amapá; investimentos em mapeamento geológico; apoio a atividade minerária empresarial.

1.8. Pesca e Piscicultura

Programa de fortalecimento da piscicultura: estabelecimento de um competitivo programa de incentivo e fomento à piscicultura, a ser desenvolvida de forma profissional, como instrumento de transformação da atividade em alternativa econômica a produtores, distribuidores, comerciantes e consumidores.

Programa de fortalecimento da pesca artesanal: fortalecimento efetivo da pesca artesanal, com ações de fomento à modernização da frota pesqueira, tecnologias de pesca, infraestrutura pesqueira, empreendedorismo, ações de proteção ambiental das regiões pesqueiras e apoio ao fortalecimento das entidades associativas de pescadores.

Programa para a pesca industrial: em parceria com universidades, centros de estudos pesqueiros e setor produtivo, elaboração e desenvolvimento de uma política para inserção do Estado do Amapá na pesca industrial; combate em conjunto com órgãos federais competentes à pesca predatória na Costa Atlântica do Amapá.

1.9. Cooperação Internacional (Brasil/França – Amapá/Guiana Francesa)

Programa de cooperação internacional Brasil/França - Amapá/Guiana Francesa: participação ativa do Amapá nas políticas de cooperação Brasil/França – Amapá/Guiana Francesa, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista as dificuldades burocráticas a serem vencidas nesta aproximação e as perspectivas de intercâmbio econômico e cultural entres os dois países.

1.10. Controle Sanitário e Certificação de Produtos de Origem Animal e Vegetal

Programa de controle sanitário e certificação de produtos de origem animal e vegetal: visando assegurar a qualidade dos produtos e subprodutos, inclusive artesanais comestíveis e não comestíveis, de origem animal e vegetal do Amapá, para inserção competitiva dos produtos no mercado consumidor.

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

2.1. Saúde

Estruturar e informatizar o sistema estadual de saúde do Amapá: modernizar o sistema de saúde do Amapá, que permita agilidade, regularização dos sistemas de informatização de saúde, visando a humanização no atendimento; implantação do prontuário eletrônico integrado que favorece e agiliza o atendimento do cidadão/paciente em todos os níveis, da atenção básica à alta complexidade e acontecerá como instrumento para melhorar os serviços prestados na área de saúde pública em todo o Estado do Amapá. O termo "prontuário médico" mantém esse significado, já que concentra os **registros da saúde** de um paciente, com informações essenciais **desde seu nascimento até sua morte**. A maneira mais utilizada para se armazenar essas informações através dos anos é o registro em papel. Entretanto, essa forma de reunir os dados está exposta a vários riscos, como o extravio, quebra de sigilo e corrosão pelo tempo. Outro problema do papel é a falta de mobilidade dos dados e a **necessidade de ser "refeito"** a cada novo médico com o qual o paciente se consulta. Isso faz com que as informações sejam muitas vezes incompletas ou omitidas.

Garantir o suprimento de medicamentos, correlatos e equipamentos aos hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs): o funcionamento de toda a rede hospitalar será garantido, bem como o suprimento de remédios na qualidade e quantidade necessárias.

Construir, ampliar, reformar ou concluir 11 (onze) novas unidades de saúde no Estado do Amapá: 1) Hospital Metropolitano da Zona Norte de Macapá; 2) Hospital Regional de Porto Grande; 3) Complexo Hospitalar de Santana; 4) Hospital de Laranjal do Jari; 5) Hospital de Oiapoque; 6) Hospital da Criança e Adolescente (Hospital de Pediatria); 7) Novo Hospital de Urgência e Emergência (Novo Pronto Socorro); 8) Hospital-Maternidade Mãe Luzia; 9) Hospital de Clínicas Alberto Lima, com prioridade para as obras de construção da nova Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON); 10) Hospital de Traumatologia e Ortopedia; 11) Maternidade de Santana.

Hospital Metropolitano da Zona Norte de Macapá: apoiar o Município, visando a conclusão das obras do Hospital Metropolitano da Zona Norte de Macapá.

Novo Pronto Socorro e o Hospital de Traumatologia e Ortopedia: em conjugação de esforços com a Bancada Federal do Amapá, buscar recursos junto à União para construir o Novo Pronto Socorro do Estado do Amapá e o Hospital de Traumatologia e Ortopedia.

Maternidade da Zona Norte: entregar para a comunidade a Maternidade da Zona Norte, que encontra-se com obra concluída, mas sem prestar os serviços necessários à comunidade, por ineficácia da atual gestão do governo do Estado.

Implantar o Diagnóstico Laboratorial de Câncer: com a realização de exames cito e histopatológicos, como instrumento de detecção precoce da doença.

Regularizar o repasse da verba estadual e contribuir com o custeio da Atenção Primária e Vigilância em Saúde em todos os 16 municípios e sem discriminação: regularizar

e contribuir, com recursos financeiros do Estado para custeio da Atenção Primária e Vigilância em Saúde em apoio à política de fortalecimento da saúde nos municípios.

Instituir o programa de diagnóstico por imagem: implementar um moderno serviço de telediagnóstico por imagem, construído por meio de parceria público-privada, criando e ampliando o acesso a exames como: a) ultrassom, b) ressonância magnética, c) tomografia computadorizada, d) endoscopia e e) raio-X.

Garantir o transporte para atendimento de urgência para todo o Estado: regularizar e reabilitar a regulação do SAMU para o Estado do Amapá.

Reorganizar a rede materno infantil: implementar ações que garantam o direito à gestação, parto e nascimento seguros, a mãe e a criança, com apoio aos municípios na execução desta política.

Reorganizar e fortalecer a rede de atenção às doenças crônicas: fortalecer os programas que ajude na prevenção de morbimortalidade de doenças como hipertensão, diabetes, câncer, obesidade, doenças respiratórias, renais, entre outras.

Centros de Nefrologia do Estado do Amapá: ação de fortalecimento dos centros de Nefrologia do Hospital de Clínicas Alberto Lima, em Macapá, e a Clínica da Vida Lourival Duarte Brandão, no Complexo Hospitalar de Santana, com investimentos em obras, aquisição de equipamentos, modernas tecnologias e contratação e capacitação profissional.

Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Amapá: apoio ao fortalecimento institucional da política de saúde mental, por meio de organizações públicas, instituições formadoras (faculdades, UEAP e UNIFAP) e da sociedade civil (Centro de Valorização da Vida e entidades religiosas) no Estado do Amapá e nos municípios, que desenvolvem ações com ênfase no combate e prevenção ao suicídio.

Valorização dos profissionais da saúde do Estado do Amapá: valorização dos profissionais de saúde, com revisão e atualização do plano de cargos, salários e carreira, apoio a formação continuada e melhoria das condições de trabalho nas unidades hospitalares.

Apoio a implantação no Amapá do Hospital Universitário e da Unidade Avançada do Hospital de Barretos: apoio do Governo do Estado do Amapá para implantação do Hospital Universitário e da Unidade Avançada do Hospital de Barretos.

Tratamento Fora de Domicílio (TFD): reorganizar os serviços de TFD em respeito às necessidades dos pacientes e famílias, visando o tratamento humanizado.

Rede de Atenção às Pessoas com Deficiência: ações de fortalecimento do Centro de Reabilitação do Amapá (CREAP) e apoio aos municípios na realização de procedimentos de reabilitação nos Centros Especializados em Reabilitação (CER).

2.2. Educação

Centro de Educação de Jovens e Adultos: responsável pela formulação de uma política de educação de jovens e adultos para o Estado do Amapá, considerando a demanda existente

para escolarização de jovens e adultos, articulada com políticas de capacitação, empregabilidade e geração de renda.

Investir em melhorias e aparelhamento de escolas estaduais: garantir que as escolas da rede estadual de ensino tenham bibliotecas, sala de leitura, salas multimeios e salas de informática.

Colaborar para implantar escolas de educação infantil (EMEI) em todos os 16 municípios: apoiar os municípios junto ao Ministério da Educação para obter recursos a fim de que as prefeituras, em parceria com o Estado, construam novas escolas infantis e melhorem a educação municipal.

Reduzir os índices de evasão escolar nas escolas estaduais: elaboração de programa para reduzir os índices de evasão escolar no Estado, mantendo os estudantes na escola.

Aumentar oferta de vagas no ensino médio para atingir a cobertura total: aumentar a oferta de vagas de ensino médio nas escolas para uma cobertura integral da população-alvo.

Implantar o programa comissão de avaliação própria: implantar o programa de comissão de avaliação própria, com objetivo de realizar avaliação institucional da educação estadual por intermédio do índice de desenvolvimento da educação estadual a ser desenvolvido.

Criar programa de formação contínua de professores: criar um programa de formação continuada de professores para a rede estadual de ensino; implementar e aperfeiçoar a legislação referente a capacitação profissional aos trabalhadores da educação em cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), inclusive por meio de convênios com Instituições Federais de Ensino Superior, como instrumento de valorização e melhoria da educação.

Criar o programa líder da escola: formar gestores e líderes da Secretaria de Estado da Educação, visando o aperfeiçoamento da gestão escolar em todos os níveis.

Criar o programa de desempenho premiado: criar o programa de desempenho educacional coletivo com objetivo de premiar escolas, profissionais da educação e comunidades que apresentem melhores indicadores educacionais.

Criar o programa viver a escola: ampliar progressivamente a educação em tempo integral, com o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, de educação financeira e empreendedorismo e de relacionamento social de forma associada ao projeto pedagógico das escolas.

Promover uma ampla revisão curricular: oferecer, além das disciplinas previstas na matriz curricular nacional, aulas de empreendedorismo, educação financeira, cidadania e cultura amapaense.

Ampliar o acesso ao ensino superior na Universidade Estadual do Amapá (UEAP): garantir apoio à ampliação da infraestrutura da UEAP e apoiar a interiorização de suas

atividades, com prioridade para graduação e pós-graduação nas áreas de saúde, educação e de tecnologias ao desenvolvimento regional.

Criar o projeto de intercâmbio educacional e cultural Viver o Brasil, Viver o Mundo: apoiar os alunos e profissionais da educação do ensino médio para que participem de eventos, concursos e premiações no Brasil e no exterior.

Criar o programa de educação digital: o programa desenvolverá ambientes digitais de aprendizagem como por exemplo as lousas digitais, tabletes, aplicativos e jogos educacionais para smartphones, robótica, e claro internet para as escolas.

Implantar a programa de cooperação com os municípios: estruturar o apoio financeiro e pedagógico aos 16 municípios do Estado do Amapá para ampliar o atendimento na educação infantil e na primeira infância e a melhoria da aprendizagem na fase de alfabetização.

Concluir as escolas estaduais em obras: concluir as obras de escolas que estão paradas ou em ritmo lento de construção, reforma e ampliação.

Aumentar o volume de recursos disponíveis no cartão na escola: aumentar o volume de recursos disponíveis por meio do cartão na escola, que são entregues aos diretores de escolas para pequenas despesas, pois a previsão inicial não contempla as despesas necessárias.

Implantar o programa escola da família: com o objetivo de fortalecer a presença dos pais no acompanhamento e formação dos filhos, incluindo as reuniões participativas, atividades para os pais e o incentivo de encontros extraescolares. As escolas que incentivarem a participação da comunidade serão premiadas por meio do programa de desempenho premiado.

Programa de climatização das escolas estaduais: climatização das escolas estaduais, com o objetivo de proporcionar mais conforto ambiental e qualidade de ensino aos estudantes e educadores, com salas de aula e outros ambientes climatizados, como bibliotecas e áreas administrativas.

Escolas Famílias Agrícolas do Amapá: ampla discussão para fortalecimento e retomada do papel e contribuição das escolas famílias agrícolas para o desenvolvimento rural e educacional no Amapá.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): rediscussão em parceria com o SENAI, SENAR, SENAC, SENAT, IFAP, instituições educacionais da iniciativa privada no sentido de que a grade curricular dos cursos técnicos e os cursos de formação inicial e continuada ofertados pelo PRONATEC para o Amapá, atendam as demandas e especificidades do desenvolvimento local e regional.

Negociação permanente com entidades de representação sindical dos trabalhadores em educação: respeito e negociação permanente com as entidades representativas dos trabalhadores em Educação no Amapá, visando discutir propostas para reposição de perdas

salariais e gratificações, gratificação de ensino modular, carga horária, pró-funcionário, plano de cargos, salários e carreira, gestão democrática escolar, plano estadual de educação, dedicação exclusiva, interiorização, licença-prêmio, entre outras iniciativas da categoria.

2.3. Assistência Social e Direitos Humanos

Ampliar e reforçar os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): os CREAS e CRAS são a porta de entrada da assistência social, ampliar e reforçar as ações de atendimento e apoio das populações em situação de fragilidade social é fundamental para atendimento dos direitos humanos no Amapá.

Implantar casas de acolhimento e cuidado aos moradores de rua e aos dependentes químicos na capital e no interior: estruturar locais para acolher moradores de rua e tratar dependentes químicos na capital e no interior.

Novos restaurantes populares: apoiar os municípios na implantação de restaurantes populares, em especial nas áreas de maior concentração populacional.

Políticas Públicas para a Juventude: programa de fortalecimento de políticas à juventude, com ações integradas de saúde, cultura, de segurança pública, do trabalho e do emprego, como instrumento de inclusão da juventude ao desenvolvimento humano e social.

Políticas para a Igualdade Racial: programa de fortalecimento das políticas de promoção da igualdade racial com ações integradas de saúde à população negra, educação e combate ao racismo; ações de fortalecimento das manifestações da cultura negra; ações de valorização econômica de bens culturais materiais e imateriais da cultura negra.

Acessibilidade: instituir o plano estadual de acessibilidade como ferramenta para adequação de espaços, equipamentos e serviços públicos estaduais, tendo como prioridade as unidades de saúde e educação.

Políticas Públicas de Esporte e Lazer: programa integrado de esporte e lazer, com ações para dinamizar as práticas esportivas no ambiente escolar; organizar jogos estudantis estaduais; investir na construção e manutenção de espaços públicos adequados às práticas esportivas e ao lazer; investir no esporte e o lazer como instrumento de combate às drogas e a violência, por meio de programas sociais integrados com outras ações governamentais.

Políticas Públicas para as Mulheres: fortalecimento das políticas de proteção às mulheres, com ações integradas, visando o acesso à saúde, segurança pública, trabalho e emprego, como instrumento de inclusão das mulheres ao desenvolvimento humano e social; ações integradas com o Poder Judiciário, Ministério Público, com o objetivo de combater e prevenir à violência doméstica e sexual contra mulheres e o fenômeno do feminicídio.

Políticas Públicas para Minorias: fortalecimento das políticas de proteção às minorias com programa integrado de forma ampla e capilarizada à política de direitos humanos/civis e de defesa da paz, com atenção especial aos segmentos LGBT.

2.4 Povos Indígenas

Programa de fortalecimento e apoio as causas e questões indígenas do Amapá e Norte do Pará: programa para fortalecimento, respeito e promoção da cultura indígena com apoio político permanente aos direitos indígenas, a exemplo da saúde e educação; apoio à formação de profissionais indígenas nas áreas da educação e saúde; criação de carreira profissional em saúde indígena e apoio ao fortalecimento da carreira de professor indígena no Amapá.

3. DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

3.1 Políticas de Prevenção e Combate à Violência

Combater o tráfico de drogas: estabelecer uma política de tolerância zero contra o tráfico de drogas, associado ao trabalho preventivo e educativo.

Implantar o programa vigia: o projeto vigia é um sistema de segurança pública que reúne todas as câmeras de monitoramento em funcionamento na cidade, sejam elas do Governo do Estado, das prefeituras ou de particulares, auxiliando no combate ao crime. O sistema será implantado gradativamente em Macapá e Santana e depois nos demais municípios do Estado. Os índices de violência costumam cair em áreas vigiadas por sistemas de videomonitoramento e as ocorrências solucionadas mais rapidamente. Inicialmente criado nos EUA e usado pela polícia de Nova Iorque, foi implantado no Brasil no Estado do Paraná.

Combater o roubo e os homicídios: prevenir e enfrentar os crimes contra o patrimônio, mantendo e aperfeiçoando as ações de redução dos homicídios. Reforço das ações da delegacia especializada em roubos patrimoniais e das ações estratégicas da Polícia Militar, especialmente contra o roubo e o latrocínio.

Programa de combate e prevenção à violência nas escolas: fortalecer e ampliar o pacto pela paz nas escolas com prevenção e combate à violência física, o uso de drogas, álcool e outras substâncias entorpecentes, com envolvimento da comunidade escolar e dos órgãos de Segurança Pública.

Programa de fortalecimento tecnológico das polícias militar, científica e judiciária: desenvolvimento de um programa que priorize o aparelhamento das unidades e do efetivo policial, com a utilização de tecnologia para agilizar o atendimento de denúncias (aplicativos), além de técnicas e profissionais treinados e qualificados, softwares, câmeras de vídeos (fixas, móveis e portáteis) e uso de drones.

Sistema Único de Segurança Pública (SUSP): participação e integração do Estado do Amapá ao Sistema Único de Segurança Pública, observando a implementação dos princípios, diretrizes e objetivos do SUSP.

3.1. Polícia Militar

Instalar unidades da Polícia Militar em áreas violentas: instalar companhias da Polícia Militar nos pontos mais violentos das suas próprias regiões de atuação, fora dos quartéis.

Ampliar a atuação e equipar o Batalhão de Operações Especiais (BOPE): ampliar a atuação do BOPE na capital e no interior, dotando a unidade de condições operacionais efetivas.

Criar a Companhia de Operações com Cães: criar uma companhia específica para a realização de operações com cães em especial no combate ao tráfico de drogas.

3.2. Polícia Judiciária

Fortalecimento material e institucional da Polícia Judiciária: fortalecimento da inteligência policial judiciária, com aparelhamento material e integração entre as forças de Segurança Pública (POLITEC, CIOSPs, CBM, PM e DETRAN) e com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as polícias federal e rodoviária federal.

3.3. Guardas Municipais

Programa de apoio às guardas civis municipais: colaborar com o fornecimento de equipamentos e treinamento aos municípios que possuem Guarda Municipal.

3.4 Sistema Penitenciário do Amapá

Fortalecimento, aprimoramento e aparelhamento do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN): pactuar junto ao Poder Judiciário, o Ministério da Justiça e o Governo Federal a reforma, aprimoramento e aparelhamento do IAPEN e a interiorização do Sistema Penitenciário, com implantação de programas de trabalho, educação e de ressocialização, por meio de convênios com empresas e órgãos públicos, visando a humanização do sistema prisional no Estado.

4. DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

4.1. Rodovias

Revisão e atualização do Plano Rodoviário Estadual: ampla revisão e atualização do Plano Rodoviário Estadual, com previsão de conclusão de rodovias inacabadas, manutenção permanente de rodovias estaduais construídas e das estradas vicinais, para assegurar infraestrutura de investimentos, mobilidade e facilidade no escoamento e comercialização de produtos.

Conclusão das obras de asfaltamento da BR 156 - trecho Calçoene/Oiapoque: obra que se arrasta há mais de 40 anos para ser concluída, será retomada, pela união de esforços políticos do Governo do Estado, Bancada Federal do Amapá e Governo Federal, para liberação de recursos e conclusão das obras. A obra tem a relevância estratégica de permitir a interligação terrestre do Brasil com a França, entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Início das obras de asfaltamento da BR 156 - trecho Sul - Macapá/Laranjal do Jari: com ação política coordenada do Governo do Estado, Bancada Federal do Amapá e Governo Federal, será proposto que o trecho de asfaltamento de 260 quilômetros, seja dividido em lotes, visando agilidade na elaboração dos projetos, licenciamento ambiental, liberação dos recursos e execução das obras.

Conclusão das obras de duplicação da Rodovia Duca Serra: melhorar a infraestrutura da Rodovia Duca Serra com a conclusão das obras de duplicação, rotatórias, pista para ciclistas, travessia para pedestres, urbanização e paisagismo.

Recuperação e ampliação da Rodovia JK: melhorar a infraestrutura da Rodovia JK com construção de novas pistas de rolamento, drenagem, rotatórias, pista para ciclistas, travessia para pedestres, pavimentação asfáltica, urbanização e paisagismo.

Interligar as rodovias Duca Serra e JK: elaboração do projeto executivo para execução das obras da Rodovia do “Goiabal” que interligará as rodovias Duca Serra e JK. Seu desenho compreenderá a Duca Serra/Loteamento Irmãos Platon/Estrada do Goiabal e a rotatória da JK/Conjunto da Embrapa, às proximidades do Shopping Amapá Garden, entrecortando os bairros do Goiabal e Zerão. Interligará a zona Oeste da cidade e serviços instalados na zona Sul da capital, como universidades, equipamentos de saúde, lazer e comércio.

Conclusão das obras da Rodovia Norte - Sul: importante via de ligação entre as zonas Norte e Oeste de Macapá e o centro da cidade, e paralisada desde 2013, o projeto e as obras para conclusão da Rodovia serão retomadas, contemplando ciclovias, iluminação, calçadas, canteiros centrais, urbanização, paisagismo e viadutos de interligação com a Duca Serra e a Tancredo Neves.

Conclusão das obras de pavimentação da Rodovia AP 070: retomadas das obras de pavimentação da Rodovia AP 070, com respeito aos procedimentos de licenciamento ambiental e prospecção arqueológica; articulação institucional para liberação dos recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A AP 070 é importante via de interligação econômica e social de Macapá e os municípios de Itaubal do Píririm e Cutias do Araguari.

4.2. Ponte Sobre o Rio Jari

Retomada dos projetos e obras da ponte sobre o Rio Jari: em conjunto com a Bancada Federal do Amapá, o Poder Judiciário e o Governo Federal, o projeto e as obras da ponte sobre o Rio Jari serão retomadas. A obra é uma importante via de interligação social e econômica entre o Amapá e o Pará. Será um dos eixos de desenvolvimento econômico do Vale do Jari, com Monte Dourado e Almeirim e outros municípios paraenses da Calha Norte do Amazonas.

4.3. Saneamento

Políticas públicas de saneamento básico: implementar políticas e programas que assegurem de maneira eficiente e economicamente sustentável ações e serviços de saneamento básico, de modo a buscar a universalização dos serviços de abastecimento de

água e esgotamento sanitário, associados à políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de combate à pobreza, de proteção ambiental e de saúde.

Planos de macrodrenagem urbana: elaboração de planos, projetos e obras de macrodrenagem urbana, compreendendo a rede de drenagem natural existente nas cidades, associados à políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de combate à pobreza, de proteção ambiental e de saúde.

4.4. Energia e Luz Para Todos

Participação efetiva do Governo do Estado do Amapá no Programa Luz Para Todos: acompanhar, fiscalizar e buscar junto ao Governo Federal, com o apoio da Bancada Federal do Amapá, recursos para expansão da rede de distribuição de energia para todos os municípios do Amapá.

Distribuição de energia: participação ativa do Governo do Estado em conjunto com a Bancada Federal do Amapá, junto ao Governo Federal e a Agência Nacional de Energia Elétrica, a fim de viabilizar investimentos de reparos e manutenção na rede de distribuição de energia que encontra-se sucateada e é um dos fatores responsáveis pelas constantes quedas e oscilações de energia, gerando danos aos consumidores e comprometendo investimentos.

Energia solar: ações efetivas de coordenação política para atrair e instalar empresas e investidores em energia solar no Distrito Industrial de Macapá e Santana, considerando sua localização estratégica e incidência solar na Linha do Equador, bem como os benefícios fiscais da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana e da Zona Franca Verde.

Interligação do extremo norte do Amapá ao Sistema Interligado Nacional: o extremo norte do Amapá ainda não dispõe de infraestrutura de transmissão, prejudicando negócios e a comunidade local. Serão ações prioritárias do governo atuar de forma decisiva para interligar todo o Estado por um sistema completo de transmissão.

4.5. Distrito Industrial

Fortalecimento institucional do Distrito Industrial de Macapá e Santana: coordenar uma ampla discussão para fortalecimento do Distrito Industrial, com aperfeiçoamento da legislação de incentivos fiscais, investimento em infraestrutura viária, como um dos instrumentos de viabilização da Zona Franca Verde e da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Distrito Industrial e Portuário de Mazagão: implantação do Distrito Industrial e Portuário de Mazagão, com definição da área, realização de estudos necessários e audiências públicas, visando dinamizar a economia local, como um dos instrumentos de viabilização da Zona Franca Verde no Amapá.

4.6. Habitação

Construir novas unidades habitacionais de interesse social: construir novas unidades habitacionais de interesse social, em parceria com o Governo Federal e priorizando a

interiorização dos conjuntos habitacionais em todos os municípios do Amapá, com retomada e conclusão das obras dos conjuntos residenciais Aturiá e Congós.

4.7 Estrada de Ferro do Amapá

Revitalização da Estrada de Ferro do Amapá (EFA): ampla discussão com setores produtivos, comunidade interessada e Poder Judiciário para revitalização da EFA, como estratégia de desenvolvimento do setor mineral, agricultura familiar e turístico do Amapá.

5. DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL

5.1. Parcerias: Governo/Municípios/Comunidades

Programa de investimentos na infraestrutura urbana nas sedes dos municípios: os investimentos nos 16 municípios do Estado em infraestrutura (drenagem, calçamento, meio-fio, terraplenagem, pavimentação e urbanização) e limpeza urbana serão prioridade. Os investimentos aquecerão a economia local, com geração de postos de trabalho e maior organização das cidades. Governos precisam andar juntos para promover o desenvolvimento local e propiciar melhoria contínua nos ambientes urbanos e na vida das pessoas.

5.2. Projeto Orla

Implantar o projeto orla para as cidades do Estado do Amapá: o programa visa estimular a gestão integrada da orla das cidades do Estado, para a implantação de infraestrutura turística, proteção ambiental e desenvolvimento econômico.

Requalificar a área portuária de Santana: criar um plano de reabilitação da área portuária de Santana, promovendo requalificação dos bens locais, com foco na geração de emprego e renda.

Recuperação da área de entorno da Fortaleza de São José de Macapá: a Fortaleza de São José de Macapá é o lugar preferido para se visitar na capital amapaense, incluindo seu entorno, conhecido como “lugar bonito”. Será priorizado um projeto de revitalização da área de entorno a fim de recuperar seu status de área de lazer, recreação e contemplação.

Projeto orla da cidade de Macapá: apoiar a Prefeitura Municipal de Macapá no desenvolvimento de projetos, bem no aporte de recursos por meio de convênios para realização das obras de urbanização e revitalização da orla de Macapá.

Muro de Arrimo do Aturiá: retomada e conclusão das obras do Muro de Arrimo do Aturiá e interligação da Rua Beira-Rio à Avenida Equatorial.

5.3. Prevenção a Desastres Ambientais

Criar o programa estadual de prevenção de desastres ambientais em áreas urbanas e rurais: criar o programa estadual de prevenção de desastres naturais em áreas urbanas e rurais a fim de reduzir os danos aos moradores, com prioridade para atendimento da região do Bailique.

5.4. Gestão de Unidades de Conservação

Criar um programa de gerenciamento das unidades de conservação ambiental: criar um programa de gerenciamento de unidades de conservação, a fim de aprimorar a gestão e sua consolidação territorial com recursos da compensação ambiental, com foco na geração de emprego e renda.

Programa de incentivo ao aproveitamento econômico dos recursos naturais em Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável: institucionalizar em parceria com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, comunidades e a iniciativa privada, programas de pesquisa científica, estímulos ao ecoturismo, financiamento e assistência técnica ao desenvolvimento de atividades produtivas nas UCs de Uso Sustentável no Amapá.

5.5 Gestão e controle ambiental e fundiário

Fortalecimento do papel do IMAP: como órgão executor das políticas de meio ambiente, licenciamento, fiscalização, monitoramento ambiental, gestão do espaço territorial do Amapá, regularização fundiária e desenvolvimento de assentamentos urbanos e rurais, a fim de garantir controle, segurança técnica e jurídica e transparência em seus atos administrativos.

6. GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA E TRANSPARENTE

6.1. Administração Pública

Administração pública moderna e eficiente: a administração pública responde como eixo dinâmico expressivo da economia do Estado. Com a transposição de servidores do Amapá para a União Federal, torna-se ainda mais importante. O novo governo vai transformar este potencial em realidade transformadora com investimentos estratégicos na qualificação de recursos humanos e com modernos instrumentos de gestão administrativa.

Fortalecimento das ações do Fórum de Coordenação da Transposição: fortalecimento político das ações do Fórum da Transposição, articulação integrada entre o Estado, sindicatos e municípios, para viabilização de medidas políticas no processo de transposição de servidores do Amapá à União. Articulação permanente junto à Bancada Federal do Amapá e ao Governo Federal a permanência de garantia a esse direito constitucional.

Implantar o Congresso do Povo do Estado: um observatório de planejamento participativo, nos moldes da experiência da Prefeitura Municipal de Macapá, para que se possa, junto com a sociedade, decidir, monitorar, acompanhar e avaliar as políticas públicas do Estado do Amapá.

Recuperação da capacidade de investimento do Estado: racionalizar a aplicação dos recursos próprios e monitoramento permanente das despesas correntes, para voltar a investir no Estado com recursos próprios.

Selecionar investimentos estruturantes e estratégicos: definir os investimentos que mais gerem emprego, ocupação, renda e que sejam capazes de impactar a atividade econômica do Estado e suas receitas futuras.

Modernizar e avançar na atração de negócios e investimentos: estabelecer novas práticas – transparentes e mais avançadas – para atração de negócios e de novos empreendimentos produtivos.

Modernização permanente do fisco estadual: promover a transparência e modernização estratégica da receita estadual, com foco na redução do custo de cumprimento das obrigações fiscais para os contribuintes.

Transparência Amapá: segundo ranking do Ministério Público Federal o Amapá ocupa a 20ª posição em escala de transparência entre os estados brasileiros; no ranking da Escala Brasil Transparente é último colocado; serão utilizados os recursos digitais para ampliar os canais de comunicação do cidadão com os serviços públicos; ampliar e facilitar o acesso dos cidadãos à gestão do recursos públicos; facilitar o acesso dos cidadãos às informações governamentais, como instrumento de controle social das ações públicas de governo.

Programa governo digital: programa para facilitar a vida do cidadão, reduzir a burocracia, melhorar a qualidade dos serviços e diminuir gastos, com a ampliação dos serviços prestados ao cidadão em meio digital.

Valorização dos servidores: pagar os salários em dia e sem parcelamento. Participação dos servidores no planejamento das políticas públicas de governo. Respeito e negociação permanente com as entidades representativas dos servidores públicos.

Empréstimos consignados: regularizar o repasse de empréstimos consignados de servidores junto as instituições financeiras, corrigir irregularidades e a inadimplência do Estado, visando o regular funcionamento do sistema.

Amapá Previdência: zelar pela correta gestão dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social do Amapá, com diálogo permanente com os órgãos dos Poderes Públicos do Estado e organizações representativas dos servidores, para fortalecimento do sistema previdenciário e cumprimento das normas constitucionais.

7. INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Infovia digital de alta capacidade para o Amapá: retomada das discussões com o Governo do Estado do Pará e a iniciativa privada, para construção da rede de comunicação entre o Pará e o Amapá, por meio de uma infovia que é uma rede de comunicação, formada por cabos de fibra óptica, que transmite voz, dados e imagens entre dispositivos nela conectados, como forma de aumentar a qualidade e a regularidade de acesso à internet.

Criar o programa de desenvolvimento de tecnologia digital: atrair, desenvolver e isentar de ICMS as startup's de tecnologia para, articuladas com instituições científicas e

tecnológicas, colaborarem no desenvolvimento tecnológico e digital do Estado e do serviço público estadual. O programa será desenvolvido por intermédio do processo de incubação de empresas.

Criar cursos de preparação de mão de obra para o futuro polo de petróleo e gás: por meio da UEAP, escola de governo e parceiros como o SENAI e SESI, serão oferecidos cursos de capacitação e preparação de mão de obra para as demandas do polo de petróleo e gás.

Revitalização e fortalecimento do papel institucional do IEPA: o IEPA será revitalizado e fortalecido para ampliar sua capacidade instalada na realização de pesquisas e geração de tecnologia e produtos. A formação de redes com outros centros de pesquisa será estimulada. O Centro de Incubação de Empresas será também fortalecido, como um dos instrumentos que contribuam para o crescimento do ambiente de negócios.

Criar e implantar estrutura administrativa responsável pela inovação digital: com o objetivo de estabelecer metas digitais abrangentes, fornecer serviços digitais em uma única plataforma, definir padrões técnicos e desenvolver habilidades digitais críticas para os diversos órgãos da Administração Pública Estadual, visando a modernização da gestão administrativa e a melhora efetiva na prestação de serviços públicos.

Criação e implantação de laboratório de biotecnologia: em parceria com a UNIFAP, EMBRAPA, SEBRAE, SESI e iniciativa privada, criar e implantar o laboratório de biotecnologia, com o objetivo de transformar recursos naturais em produtos com valor agregado, a exemplo da madeira, açaí, óleos tropicais, cerâmica, amêndoas, frutas, fármacos, fitoterápicos, biojoias, entre outros, como política de viabilização da Zona Franca Verde no Amapá e da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana.